

"Receio que a situação possa piorar na Guiné-Bissau", diz analista*

Paulo Gorjão

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

O Presidente da Guiné-Bissau, José Mário Vaz, demitiu o Governo das suas funções. Longe de resolver o impasse político e institucional do país a decisão veio aprofundar a crise, afirma o analista Paulo Gorjão.

Na entrevista à DW África o director do Instituto Português de Relações Internacionais e de Segurança – IPRIS – fala das causas deste mais recente desenvolvimento na Guiné-Bissau, um país mergulhado numa grave crise política desde Agosto de 2015.

DW África (Cristina Krippahl): A demissão do Governo da Guiné-Bissau era inevitável?

Paulo Gorjão (PG): A demissão era inevitável mas a solução encontrada pelo Presidente é que não era necessariamente a desejável. Parecia-me evidente que este Governo não tinha qualquer tipo de viabilidade, isto é um facto.

DW África: Pode-nos dizer porque é que a solução encontrada pelo

Presidente José Mário Vaz não é a seu ver viável?

PG: O que temos vindo a assistir é a um braço de ferro entre o PAIGC e o Presidente da República com evidentes implicações na relação do poder entre o PAIGC e o Presidente como é óbvio. O Presidente não quer eleições enquanto PAIGC quer eleições por razões opostas mas que vão ambas no mesmo sentido. Ou seja, o PAIGC quer eleições para renovar a sua legitimidade eleitoral e política. O Presidente percebeu isso. Sabendo que é essa a vontade do PAIGC, algo que lhe retira espaço de manobra político, o Presidente não quer essas eleições. O Presidente alegou que não existem condições financeiras. Evidentemente a Guiné-Bissau é um país muito pobre mas não é certamente o dinheiro a razão de ser para não haver eleições. O que se passa é que o Presidente percebeu que se houver eleições e como é natural que seja o PAIGC a ganhá-las, politicamente ele seria o grande derrotado. E é só por essa razão que não há eleições. Tendo optado por manter o Parlamento, numa

primeira fase, e dar ao PAIGC a oportunidade de formar um novo Governo, na prática o que estamos a fazer é protelar a solução desta crise que está instalada desde Agosto de 2015.

DW África: Mas a forma como descreve a situação deixa surgir a imagem de um Presidente que põe em risco a estabilidade institucional e política de todo um país apenas para ganhar mais poder?

PG: Mas não é isso que tem estado a acontecer? O que me parece desde o princípio é que o Presidente José Mário Vaz desde que foi eleito, ou muito pouco tempo depois da sua eleição, tem sido um foco permanente de instabilidade. Convém lembrar que este Presidente levou à demissão de Domingos Simões Pereira sem razões concretas, objectivas, palpáveis e convincentes nesse sentido. Portanto, na minha leitura, este Presidente tem vindo permanentemente a querer dar às funções presidenciais poderes e uma intervenção política que ele de facto não tem. E por essa via ele tem sido um foco permanente de instabilidade como se tem visto.

DW África: Será que podemos agora esperar que haja, mesmo que seja nos bastidores e longe dos olhos do público, uma verdadeira pressão internacional dos doadores sobre a Guiné-Bissau para que se resolva esta crise?

PG: Não sei se se poderá esperar nesta altura essa posição concertada, mas certamente haverá alguma pressão. A questão é saber que instrumentos de pressão os doadores têm junto do Presidente da República. Não tenho a mais pequena dúvida que desde Agosto do ano passado essas pressões têm sido exercidas de forma discreta, mas sem resultados aparentes. Convém lembrar que a própria CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental) já por mais de uma vez enviou representantes seus a Bissau para tentar de algum modo resolver esta crise instalada, não tenho dúvidas

que a CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa) terá feito o mesmo e de forma mais ou menos explícita a União Europeia também, até porque tem uma carta importante para jogar que é o dinheiro que foi alocado à Guiné-Bissau na mesa redonda do ano passado. Aparentemente, os actores políticos ou pelo menos um deles tem permanecido indiferente a tudo isso. Portanto não sei se a comunidade internacional tem de facto nesta altura os instrumentos adequados para contribuir para a solução do impasse. Julgo que em primeiro lugar o impasse terá que ser resolvido a partir do interior da Guiné-Bissau e aí sim, com o apoio da comunidade internacional, tentar relançar a Guiné-Bissau num caminho de prosperidade tão distante nesta altura.

DW África: No passado situações similares na Guiné-Bissau levaram a intervenção do exército. Como avalia esta possibilidade actualmente?

PG: Não temos visto sinais de que isso possa acontecer, nem se tem visto sinais por parte dos próprios actores políticos de tentação de recorrer às forças armadas para de algum modo desequilibrar os pratos da balança. Mas é uma hipótese que também não excluo. Se me pergunta se é provável neste momento, não tenho razão nenhuma para crer que seja. Se excluo-a liminarmente, claro que não.

DW África: E como vê o futuro imediato da Guiné-Bissau?

PG: Com muita apreensão e com a tristeza de quem é amigo da Guiné-Bissau. Para já não vejo nenhuns indicadores de que esta crise tenha uma solução à vista. Vejo um impasse instalado e receio que a situação possa piorar antes de melhorar. Não vejo sinais para ser optimista nesta altura e o que me parece é que este impasse está para ficar pelo menos a curto e médio prazo e tudo isso com as repercussões inevitáveis na própria população que em última instância é quem sempre sofre com toda esta instabilidade. Nada

disto é amigo da prosperidade e esta crise política não contribui para que os doadores aloquem o dinheiro que prometeram e não contribui em nada para que empresários e os próprios

cidadãos da Guiné-Bissau invistam o seu dinheiro num clima deste.

* Entrevista publicada originalmente na rádio *Deutsche Welle* (13 de Maio de 2016).

IPRIS
Comentário
54

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança
(IPRIS)
Rua da Junqueira, 188 - 1349-001 Lisboa
PORTUGAL

<http://www.ipris.org>
email: ipris@ipris.org

IPRIS Comentário é uma publicação do IPRIS.
As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos
autores e não reflectem necessariamente as opiniões do IPRIS.